

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA AS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA PERSPECTIVA DOCENTE: UM DIREITO RECONHECIDO?

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

URQUIZA; Jeanny Monteiro ¹, MARTINS; Bárbara Amaral ²

RESUMO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA AS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA PERSPECTIVA DOCENTE: UM DIREITO RECONHECIDO?

Jeanny Monteiro Urquiza

Bárbara Amaral Martins

Resumo:

A presente pesquisa retrata uma temática ainda pouco refletida no âmbito escolar: as altas habilidades/superdotação (AH/SD), que se delineiam como um fenômeno por meio do qual a sua população demonstra capacidades elevadas nas seguintes áreas: intelectual, acadêmica, psicomotora, artística e de liderança (Brasil, 2008). Soma-se, ao desempenho superior desse público, o comprometimento com a tarefa e a criatividade – traços que, quando interagem, dão origem aos comportamentos superdotados (Renzulli, 2002). Destarte, o grupo populacional com AH/SD requer atenção e estímulos ao seu desenvolvimento, principalmente na conjuntura escolar. À vista disso, a legislação educacional brasileira institui o pertencimento de estudantes com indicadores de AH/SD à Educação Especial, garantindo-lhes que as suas necessidades formativas sejam contempladas por serviços específicos, como é o caso do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cujas atividades devem suplementar a formação escolar desse alunado (Brasil, 2011) mediante os seus interesses, estilos de aprendizagem e características individuais. Neste âmbito, evidencia-se o quão é indispensável a atuação docente para que o grupo estudantil com AH/SD usufrua de seus direitos educacionais, sobretudo, a fim de que seja identificado, atendido e encaminhado para o AEE. Isso significa que a classe professoral, uma vez munida de conhecimentos teórico-práticos sobre as capacidades elevadas, pode favorecer a educação de estudantes com indicadores de AH/SD (Urquiza; Martins, 2021), sendo capaz tanto de reconhecer a sua presença nos contextos escolares, como também de enriquecer os potenciais despotados com estímulos e atividades lúdicas desafiadoras. Além disso, os professores têm a incumbência de indicar esse alunado para o AEE, garantindo, assim, o cumprimento da legislação educacional. Mas, no contrafluxo do direito educacionalmente assegurado, a literatura especializada em AH/SD (Mezzomo, 2011; Delou, 2012; Martins, 2020) tem apontado que os estudantes com potenciais elevados são pouco reconhecidos nos contextos escolares e, conseqüentemente, são-lhes privados outros direitos, como o atendimento às suas necessidades educacionais e a sua indicação para o AEE. Neste cenário, ressalta-se o quanto é importante atribuímos relevância científica às representações docentes, de modo que verifiquemos, em suas concepções sociais, se existem (ou não) conhecimentos sobre as AH/SD que sejam capazes tanto de reconhecer os estudantes com capacidades elevadas quanto de favorecer o seu atendimento educacional e a sua indicação ao AEE nas ambiências escolares. Diante do exposto, esta pesquisa partiu das seguintes questões: o que pensam os professores sobre o AEE para as AH/SD? Será que eles reconhecem esse serviço educacional como direito para os alunos com potenciais elevados? É com base nesses questionamentos que o presente estudo objetivou apresentar e analisar as representações docentes sobre o AEE para as AH/SD. Quanto aos procedimentos

¹ Universidade Federal de São Carlos, urquiza.jeanny@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, barbara.martins@ufms.br

metodológicos, esta pesquisa envolveu abordagem qualitativa e adotou a entrevista semiestruturada para a obtenção de dados. Participaram desta investigação onze professores pertencentes à Educação Infantil, cujos depoimentos foram analisados segundo o método do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (Lefèvre, 2017). Essa proposta considera cinco etapas para a análise, a saber: a) 1ª etapa – obtenção de depoimentos: adquirem-se os discursos para a composição do pensamento coletivo; b) 2ª etapa – redução do discurso: analisam-se individualmente os depoimentos a fim de que sejam apreendidos os conteúdos centrais das informações – denominados de Expressões-Chave (EC); c) 3ª etapa – busca do(s) sentido(s): ocorre logo após a extração das ECs e consiste na observação, por parte do pesquisador, de um ou mais posicionamentos frente à pergunta efetuada. Nesta etapa, são formuladas as Ideias Centrais (ICs), que são etiquetas semânticas para a identificação dos sentidos atribuídos pelo participante; d) 4ª etapa – categorização: refere-se à reunião, por categorias, de discursos que possuem ICs semelhantes; e) 5ª etapa – discurso do sujeito coletivo: etapa final que forma as representações coletivas. Para tanto, o pesquisador utiliza a 1ª pessoa do singular para dar “voz” às concepções coletivas. Em consonância com as etapas supracitadas, este estudo se propôs a investigar a categoria “Concepções sobre o AEE para as AH/SD”, que é constituída por depoimentos que revelam as representações docentes sobre a proposição do AEE para o alunado com potenciais levados, além de ressaltar os possíveis benefícios, na perspectiva docente, que esse serviço pode oferecer ao grupo estudantil com AH/SD. Diante disso, apresentamos o DSC abaixo:

As pessoas com AH/SD deveriam ter um atendimento específico porque elas precisam de algum apoio, mesmo tendo capacidades assim. Acredito que esse apoio é importante para que esses alunos se desenvolvam além, porque eles também têm o direito de ter todo o seu potencial explorado. Se outras especificidades têm por que AH/SD não podem ter também, né? Eu vejo que todos têm direitos, então [...] a pessoa com AH/SD possui igualmente o direito de ser estimulada e é necessário a contemplarmos para não desmotivarmos nem a ela e nem as capacidades. Então, vamos dar acesso para esse estudante se desenvolver e para ter um acompanhamento especial que o estimule a contribuir com a escola, a própria sala e, também, para ele se sentir mais realizado. [...]. Mas não é somente ele que precisa de apoio: os professores também precisam ser contemplados para realizarem um atendimento educacional personalizado dentro de sala de aula e isso contribuiria de forma positiva tanto para eles como para os alunos com AH/SD. Eu sei que no início não teriam pessoas preparadas para lidar com esse público, mas, ao longo desses programas, cada vez mais seriam aprimorados programas e profissionais. Acredito mesmo que somente conseguiremos incluir esses estudantes quando tivermos esse apoio pedagógico. Do contrário, se não conseguirmos contemplá-los, eles podem ficar com tantos problemas quanto àquelas pessoas que não conseguem avançar. Agora, eu também penso que o AEE pode proporcionar benefícios a esse público: vai estimular ainda mais as suas habilidades; permite a possibilidade de que ele seja orientado e acompanhado, de modo a desenvolver todas as suas potencialidades; vai oferecer algum especialista para esses alunos e vai me ajudar a como ensinar e a como trabalhar com eles; a família terá consciência dessas condições e receberá orientações para também ajudar e é bom até para os colegas aprenderem a lidar com as diferenças. Tudo isso tende a beneficiar essas pessoas porque elas não conseguem estar inseridas na sociedade, na escola, na comunidade religiosa e até na família. Elas se sentem como ‘peixes fora d’água’ e esse atendimento especial pode ajudar na sua inserção em sociedade e nas suas relações.

A categoria docente investigada demonstrou o entendimento de que “as pessoas com AH/SD deveriam ter um acompanhamento mais específico”, porque elas “têm o direito de ter todo o seu potencial explorado”. Acreditamos que a Educação Especial também deve dar respostas e estímulos educacionais aos estudantes com AH/SD, de maneira e lhes garantir métodos apropriados, recursos e demais serviços educacionais. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o AEE deve se fazer presente em todo processo de escolarização desse alunado, de modo a estar articulado à proposta pedagógica das instituições escolares. Para que o AEE obtenha êxito nas escolas, Mezzomo (2011) sugere uma mudança de paradigmas que permita a classe docente refletir sobre: a) quem é o seu aluno; b) como ele aprende; c) qual (ou quais) tipo(s) de inteligência ele apresenta e d) quais estratégias pedagógicas podem ser adotadas para que esse estudante desenvolva ainda mais a sua capacidade. Além disso, é imprescindível o trabalho conjunto entre o professor do ensino regular e o professor responsável pelo AEE, de forma que esse grupo estudantil encontre um ambiente favorável para o desenvolvimento de suas habilidades.

Consonante a esta linha de pensamento, Delou (2012) elucida que o AEE, para que efetivamente contemple os estudantes com AH/SD, é requerente de uma formação profissional sólida em conhecimentos teórico-práticos

¹ Universidade Federal de São Carlos, urquiza.jeanny@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, barbara.martins@ufms.br

sobre esse tema. Por meio de uma bagagem formativa bem sustentada em teorizações, os professores podem ser capazes de reconhecer, atender e indicar o alunado com AH/SD para os serviços educacionais especializados. Mais vale atender educacionalmente a essa população estudantil, mesmo que os seus indicadores de AH/SD possam vir a não se confirmar, do que lhe negar as devidas condições para o seu desenvolvimento e, assim, desperdiçarmos estudantes que possam realmente compor o público com capacidades elevadas (Martins, 2020). Neste contexto, convém ressaltar que a atividade discursiva docente revelou um entendimento coletivo sobre a importância do AEE para as AH/SD, uma vez que os professores participantes desta pesquisa reconheceram esse serviço educacional como direito para os alunos com potenciais elevados, mas, ainda que a maioria dos professores atribuiu importância ao AEE para as AH/SD, nenhum dos participantes revelou ter indicado qualquer estudante com indicadores de potenciais elevados para esse serviço. Com base nesses resultados obtidos, defende-se, nesta pesquisa, que a classe professoral necessita de mais formações e de apoio pedagógico para que se sinta capaz de realizar a indicação desse grupo estudantil para o AEE. Considera-se, portanto, o quão é importante que o conhecimento cientificamente produzido sobre as AH/SD seja propagado nas ambiências escolares, de forma que os professores constituam saberes teórico-práticos que favoreçam a educação do público com AH/SD.

Palavras-chave: Altas habilidades. Superdotação. Representações docentes. Discurso Coletivo.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. O atendimento educacional especializado para aluno com altas habilidades/superdotação no ensino superior: possibilidades e desafios. In: MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (coords.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juará, 2012. p. 129-142.

LEFÈVRE, Fernando. **Discurso do Sujeito Coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo**. 1. ed. – São Paulo: Andreoli, 2017.

MARTINS, Bárbara Amaral. **Alunos precoces com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação: reconhecendo e favorecendo a precocidade em sala de aula**. Curitiba: CRV, 2020.

MEZZOMO, Gislaine Gundel. O papel do professor do ensino regular e do professor especializado enquanto parceiros no processo de inclusão do aluno com altas habilidades/superdotação na 272 rede regular de ensino. In: BRANCHER, Vantoir Roberto; FREITAS, Soraia Napoleão. (orgs.). **Altas Habilidades/Superdotação: conversas e ensaios acadêmicos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 171-187.

RENZULLI, Joseph Salvatore. Emerging conceptions of giftedness: Building a bridge to the new century. **Exceptionality**, 10(2), 67-75. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240519360_Emerging_Conceptions_of_Giftedness_Building_a_Bridge_to_the_New_Century. Acesso em: 20 jul. 2024.

¹ Universidade Federal de São Carlos, urquiza.jeanny@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, barbara.martins@ufms.br

URQUIZA, Jeanny Monteiro; MARTINS, Bárbara Amaral. Concepções sobre altas habilidades/superdotação: reflexões com base na discursividade docente. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 26, p. 140-159, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/8833>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PALAVRAS-CHAVE: Altas habilidades, Superdotação, Representações docentes, Discurso Coletivo

¹ Universidade Federal de São Carlos, urquiza.jeanny@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, barbara.martins@ufms.br